



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

23/10/2013



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CONVÊNIOS.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3 - 4
2. JORNAL AQUI	
2.1. DECISÕES.....	5
3. JORNAL ATOS E FATOS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6 - 8
4. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
4.1. CONVÊNIOS.....	9
5. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	10 - 12
5.2. CONVÊNIOS.....	13
5.3. DESEMBARGADORES.....	14 - 17
5.4. EXECUÇÕES PENAIS.....	18
5.5. PRESIDÊNCIA.....	19
5.6. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	20
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. CONVÊNIOS.....	21
7. JORNAL O IMPARCIAL	
7.1. EXECUÇÕES PENAIS.....	22 - 24
7.2. SELETIVOS.....	25
8. JORNAL O QUARTO PODER	
8.1. CONVÊNIOS.....	26
9. JORNAL PEQUENO	
9.1. AÇÕES TJMA.....	27 - 28
9.2. COMARCAS.....	29
9.3. CONVÊNIOS.....	30
9.4. DESEMBARGADORES.....	31
9.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	32 - 33
9.6. SELETIVOS.....	34
9.7. SEM ASSUNTO.....	35 - 36
9.8. SINDJUS.....	37
9.9. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	38
9.10. VARAS CRIMINAIS.....	39

Pág. 2

DPE/MA e SPM definem estratégias de atendimento a mulheres vítimas de violência



DPE/MA e SPM definem estratégias de atendimento a mulheres vítimas de violência



Defensor Geral Aldy Mello Filho reunido com as representantes da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) definiram uma agenda conjunta de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Maranhão.

Em reunião com o defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, as representantes da SPM, Susan Alves e Carla Ferraz, apresentaram detalhes do programa Mulher: Viver sem Violência, lançado pelo Governo Federal, com o ob-

jetivo de ampliar os serviços especializados no âmbito da saúde, justiça, socioassistencial, psicossocial e promoção da autonomia econômica.

□O programa prevê uma série de ações estratégicas e a integração de diversos órgãos públicos no atendimento dessas mulheres□, informou a assessora especial de Políticas Públicas da Mulher da Presidência da República, Susan Alves.

O defensor geral destacou a importância de uma atuação integrada e articulada entre os órgãos do Sis-

tema de Justiça com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social, trabalho e educação em todos os níveis federativos. □A violência contra as mulheres não é uma questão de segurança pública apenas, por isso, o seu enfrentamento requer uma conjunção de esforços em uma perspectiva interinstitucional e intersetorial□, ponderou.

Aldy Mello Filho destacou o trabalho da Defensoria no enfrentamento da violência. □Temos uma atuação especializada na capital, que, além do patrocínio jurisdicional, também desenvolve ações voltadas à qualificação profissional e à capacitação de policiais militares no atendimento a essas mulheres, por meio dos projetos Qualificar, desenvolvido com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e Patrulha Maria da Penha, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/MA) e

Secretaria de Estado da Mulher (Semu).

Nesta quinta-feira (23), o Governo do Estado, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão firmarão termo de adesão ao Programa Mulher: Viver Sem Violência, que contará com a presença da ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Elionora Menicucci.

O programa comporta cinco estratégias de ação: Casa da Mulher Brasileira, ampliação da Central de Atendimento □ Ligue 180, centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteiras secas, organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual e campanhas continuadas de conscientização.

JUSTIÇA DETERMINA SUSPENSÃO DE INADIMPLÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ICATU



As Segundas Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concedeu mandado de segurança determinando que o secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Agricultura Familiar (Sedes), Fernando Fialho, suspenda o registro de inadimplência do município de Icatu nos cadastros mantidos pelo Governo Estadual.

A inadimplência foi declarada em decorrência da não prestação de contas pelo ex-gestor municipal Juarez Alves Lima, que deixou de apresentar a prestação de contas referente ao ano de 2012.

A atual gestão afirma que já providenciou todas as medidas judiciais e administrativas com o objetivo de responsabilizar o prefeito anterior, bem como ressarcir os cofres públicos, por meio de Ação Civil Pública, diante do ato de improbidade administrativa.

MÉDICO LEGISTA NÃO DEVE SER SUBMETIDO A TESTE FÍSICO EM CONCURSO DA POLÍCIA



A exigência de teste de aptidão física não é apropriada à natureza das funções desempenhadas por médico legista da Polícia Civil. Com base neste entendimento, as Primeiras Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) concederam a um candidato o direito de continuar participando do certame.

O candidato disse ter sido aprovado nas provas objetiva, discursiva e de avaliação de títulos. Foi submetido, ainda, a teste de aptidão física, composto de exercícios de salto em altura, flexões abdominais, corrida aeróbica e salto em distância. Contou ter sido reprovado neste último e considerado desclassificado, por ter alcançado a marca máxima de 2,66m, enquanto o edital exigia o mínimo de 2,70m.

▶ JUSTIÇA

Crimes praticados por facções criminosas serão julgados por colegiado do TJ para proteger integridade de juízes

MAIS SEGURO

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou resolução que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário estadual, a formação de colegiado para julgamento, na primeira instância, dos crimes praticados por organizações criminosas. A proposta foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, e aprovada em sessão plenária.

A resolução leva em consideração a Lei Federal 12.694, de 2012, que possibilita a instauração do colegiado, a partir de solicitação do juiz, nos processos ou procedimentos que tenham como objeto crimes praticados por organizações criminosas. Nesses casos, o juiz deve indicar os motivos e as circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física.

Até que sejam implementados os meios tecnológicos para o sorteio eletrônico dos membros do colegiado, o corregedor-geral da Justiça expedirá portaria designando os integrantes.

"A iniciativa vai trazer mais segurança aos juízes da área criminal. A proposta resulta de conversa com os magistrados, que demonstraram preocupação com sua proteção em determi-



HONÓRIO MOREIRA/IMPÍDIA PRESS

nados casos. Essa foi uma solução encontrada e, agora, aprovada pelo Judiciário maranhense", disse Cleones Cunha.

Ao aprovar o documento, o Pleno considerou as necessidades de fundamentação da situação de risco pelo juiz com competência criminal para ins-

taurção do colegiado; regulamentação da composição do colegiado e os procedimentos para o seu funcionamento; criação de instrumentos que possibilitem o sorteio e a reunião por meio eletrônico, além da prolação de decisões firmadas eletronicamente, dentre outras.

Instalado o primeiro Juizado Especial da Fazenda Pública do Maranhão

Causas cíveis de interesse do Estado e do Município, até o valor de 60 salários mínimos (R\$ 40.680,00), passam a ser processadas, conciliadas e julgadas pelo Juizado Especial da Fazenda Pública, instalado pelo Poder Judiciário no 5º andar do fórum da comarca de São Luís, ontem. A implantação cumpre meta da gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior.

.....PÁGINA 3

Instalado o primeiro Juizado Especial da Fazenda Pública do Maranhão

Causas cíveis de interesse do Estado e do Município, até o valor de 60 salários mínimos (R\$ 40.680,00), passam a ser processadas, conciliadas e julgadas pelo Juizado Especial da Fazenda Pública, instalado pelo Poder Judiciário no 5º andar do fórum da comarca de São Luís, ontem. A implantação cumpre meta da gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O novo juizado – criado pela Lei Complementar nº 131, de 18/06/2010 – receberá apenas processos novos, e que vão tramitar, exclusivamente, em ambiente digital, por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), cujo projeto-piloto foi implantado durante a solenidade de instalação.

Ações dessa natureza, que já estavam em tramitação nas oito varas da Fazenda Pública da capital, deverão permanecer vinculadas a essas unidades, uma vez que a lei proíbe a remessa de processos ao juizado instalado.

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, representando o presidente do



O Corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha

TJMA, presidiu o ato de instalação e designou o juiz Roberto Abreu Soares, para responder pela nova unidade. Após a instalação, foi feita a demonstração do PJe para as autoridades presentes.

Segundo o desembargador, o atendimento à demanda no Juizado da Fazenda Pública terá mais agilidade processual, por dois motivos: pelo fato de o processo tramitar seguindo o rito da lei dos juizados especiais (Lei nº 9.099/2005), e por se tratar de processo eletrônico. "O jurisdicionado terá atendimento mais rápido, tanto comparado à vara de fazenda pública, quanto ao juizado

comum", resume.

Podem ser partes no Juizado da Fazenda Pública, como autores da ação, pessoas físicas e empresas de pequeno porte. E como réus, o Estado e o Município, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas. Dentre as ações cabíveis, o juizado irá julgar conflitos gerados por impugnações de lançamentos fiscais, a exemplo de IPTU; cassação ou anulação de multas de trânsito, questões de interesse de servidores públicos, fornecimento de medicamentos para tratamento de saúde, e outras.

Não se incluem na competência do Juizado da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, causas sobre bens imóveis do Estado e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

VIRTUALIZAÇÃO - Na opinião das autoridades presentes à instalação, a mudança vai apressar o processamento em julgamento das causas cíveis de pequeno valor contra estado e município, com vantagem para o cidadão e a magistratura e representa um grande passo do Judiciário na virtualização dos processos.

"Esse juizado vai trazer para a Justiça aquelas causas excluídas pelo custo-benefício, como por exemplo, casos em que o condutor teve um dano com o seu veículo na via pública e não ajuizou a ação por achar que não compensava entrar na Justiça", destacou o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Integrantes de organizações criminosas poderão ser julgados por grupo de juízes

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou resolução que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário estadual, a formação de colegiado para julgamento, na primeira instância, dos crimes praticados por organizações criminosas. A proposta – aprovada em sessão plenária – foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha.

A resolução tem como base a Lei Federal 12.694, de

2012, que possibilita a instauração do colegiado, a partir de solicitação do juiz, nos processos ou procedimentos que tenham como objeto crimes praticados por organizações criminosas. Nesses casos, o juiz deve indicar os motivos e as circunstâncias que acarretam risco à sua integridade física.

Até que sejam implementados os meios tecnológicos para o sorteio eletrônico dos membros do colegiado, o

corregedor-geral da Justiça expedirá portaria designando os integrantes.

“A iniciativa vai trazer mais segurança aos juízes da área criminal. A proposta resulta de conversa com os magistrados, que demonstraram preocupação com sua proteção em determinados casos. Essa foi uma solução encontrada e, agora, aprovada pelo Judiciário maranhense”, disse Cleones Cunha.

Ao aprovar o documen-

to, o Pleno considerou as necessidades de fundamentação da situação de risco pelo juiz com competência criminal para instauração do colegiado; regulamentação da composição do colegiado e os procedimentos para o seu funcionamento; criação de instrumentos que possibilitem o sorteio e a reunião por meio eletrônico, além da prolação de decisões firmadas eletronicamente, dentre outras.

ENFRENTAMENTO

DPE define estratégias de atendimento a mulheres

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) definiram uma agenda conjunta de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Maranhão.

Em reunião com o defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, as representantes da SPM, Susan Alves e Carla Ferraz, apresentaram detalhes do programa Mulher: Viver sem Violência, lançado pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar os serviços especializados no âmbito da saúde, justiça, socioassistencial, psicossocial e promoção da autonomia econômica.

"O programa prevê uma série de ações estratégicas e a integração de diversos órgãos públicos no atendimento dessas mulheres", informou a assessora especial de Políticas Públicas da Mulher da Presidência da República, Susan Alves.

O defensor geral destacou a importância de uma atuação integrada e articulada entre os órgãos do Sistema de Justiça com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social, trabalho e educação em todos os níveis federativos. "A violência contra as mulheres não é uma questão de segurança pública apenas, por isso, o seu enfrentamento requer uma conjunção de esforços em uma perspectiva interinstitucional e intersetorial", ponderou.

Aldy Mello Filho destacou o trabalho da Defensoria no enfrentamento da violência. "Temos uma atuação especializada na capital, que, além do patrocínio jurisdicional, também desenvolve ações voltadas à qualificação profissional e à capacitação de policiais militares no atendimento a essas mulheres, por meio dos projetos Qualificar, desenvolvido com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e Patrulha Maria da Penha, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/MA) e Secretaria de Estado da Mulher (Semu).

Nesta quinta-feira (23), o Governo do Estado, a Secretaria de Políticas para as Mu-

lheres da Presidência da República, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão firmarão termo de adesão ao Programa Mulher: Viver Sem Violência, que contará com a presença da ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Elionora Menicucci.

O programa comporta cinco estratégias de ação: Casa da Mulher Brasileira, ampliação da Central de Atendimento - Ligue 180, centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteiras secas, organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual e campanhas continuadas de conscientização.

Maranhão ganha o primeiro Juizado da Fazenda Pública

O 1º Juizado Especial da Fazenda Pública do Maranhão foi instalado ontem no fórum da Comarca de São Luís e processará causas cíveis de interesse do Estado e do Município, até o valor de 60 salários mínimos (R\$ 40.680,00). **Economia 6**

TJ instala em São Luís o 1º Juizado Especial da Fazenda Pública do Maranhão

No juizado, passam a ser processadas, conciliadas e julgadas causas cíveis de interesse do Estado e do Município, até 60 salários mínimos (R\$ 40.680,00)

Causas cíveis de interesse do Estado e do Município, até o valor de 60 salários mínimos (R\$ 40.680,00), passam a ser processadas, conciliadas e julgadas pelo Juizado Especial da Fazenda Pública, instalado pelo Poder Judiciário no 5º andar do fórum da Comarca de São Luís, ontem. A implantação cumpre meta da gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O novo juizado – criado pela Lei Complementar nº 131, de 18 de junho de 2010 – receberá apenas processos novos, e que vão tramitar, exclusivamente, em ambiente digital, por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), cujo projeto-piloto foi implantado durante a solenidade de instalação.

Ações dessa natureza que já



Divulgação/TJ

Corregedor-geral Cleones Cunha, na presença de convidados e autoridades, presidiu o ato de instalação

estavam em tramitação nas oito varas da Fazenda Pública da capital deverão permanecer vinculadas a essas unidades, uma vez que a lei proíbe a remessa de processos ao juizado instalado.

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, representando o presidente do TJMA, presidiu o ato de instalação e designou o juiz Roberto Abreu Soares, para responder pela nova unidade. Após a instalação, foi feita a demonstração do PJe para as autoridades presentes.

Segundo o desembargador, o atendimento à demanda no Juizado da Fazenda Pública terá mais agilidade processual, por dois motivos: pelo fato de o processo tramitar seguindo o rito da lei dos juizados especiais (Lei nº 9.099/2005), e por se tratar de processo eletrônico. "O jurisdicionado terá atendimento mais rápido, tanto comparado à Vara de Fazenda Pública, quanto ao juizado comum", resumiu.

Partes - Podem ser partes no Juizado da Fazenda Pública, como autores da ação, pessoas físicas

Mais

- **As atribuições do Juizado** da Fazenda Pública foram definidas pela Lei nº 12.153, de 22/12/2009. Nas comarcas onde não existem esses órgãos, as ações abrangidas pela lei dos juizados especiais (Nº 9.099/1995), serão exercidas pelo juiz da vara da Fazenda Pública. Não havendo vara específica, por outra diversa.

- **O juizado** da Fazenda Pública terá estrutura semelhante às varas comuns, com uma equipe de 15 funcionários, 12 computadores e 8 scanners, e espaço físico para gabinete de juiz, secretaria judicial, sala de audiência e salas para secretário judicial e assessores jurídicos, além da recepção para atendimento ao público.

e empresas de pequeno porte. E como réus o Estado e o Município, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas. Entre as ações cabíveis, o juizado julgará conflitos gerados por impugnações de lançamentos fiscais, a exemplo de IPTU; cassação ou anulação de multas de trânsito, questões de interesse de servidores públicos, fornecimento de medicamentos para tratamento de saúde, e outras.

Não se incluem na competência do Juizado da Fazenda Pú-

blica as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, causas sobre bens imóveis do Estado e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

Virtualização - Na opinião das autoridades presentes à instalação, a mudança vai apressar o processamento em julgamento das causas cíveis de pequeno va-

lor contra estado e município, com vantagem para o cidadão e a magistratura e representa um grande passo do Judiciário na virtualização dos processos.

"Esse juizado vai trazer para a Justiça aquelas causas excluídas pelo custo-benefício, como casos em que o condutor teve um dano com o seu veículo na via pública e não ajuizou a ação por achar que não compensava entrar na Justiça", destacou o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão, Gervásio Santos.

Segundo a coordenadora dos juizados especiais do Maranhão, juíza Maria Francisca Galiza, o juizado atenderá a uma grande demanda reprimida.

Em ações até 20 salários mínimos é dispensada a presença de advogados ou defensor. Para o defensor público Dario Cutrim, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão, o juizado ampliará a demanda na área de fazenda pública porque chamará ao Judiciário uma grande parcela da população que não tinha acesso à Justiça.

Governadora assinará hoje adesão ao *Mulher, viver sem violência*

Ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, participará de solenidade em São Luís

Somente no primeiro semestre deste ano, 60% dos municípios maranhenses acessaram a Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), serviço disponibilizado para atender as vítimas de violência de gênero. Por isso, a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci, oficializará, na manhã de hoje, a adesão do Maranhão ao programa Mulher, viver sem violência. A solenidade acontece no Palácio Henrique de La Rocque, onde a governadora Roseana Sarney recebe a ministra.

Além da governadora Roseana Sarney e da ministra Eleonora Menicucci, assinam o termo de adesão o prefeito de São Luís, Edivaldo Júnior; o presidente do Tribunal de Justiça (TJ), Antonio Guerreiro Júnior; a procuradora-geral de Justiça do Estado do Maranhão, Regina Lúcia de Almeida Rocha; e o defensor público-geral, Aldy Mello de Araújo Filho. O ato será acompanhado pela secretária de Políticas para as Mulheres do Maranhão, Catharina Bacelar, entre outras autoridades.

O Maranhão é o décimo estado brasileiro a aderir ao programa e, segundo a ministra Eleonora Menicucci, isto facilitará o acesso das mulheres aos serviços e atendimentos previstos na Lei Maria da Penha. "Trata-se de um

Mais

De acordo com o Mapa da Violência 2012, o Maranhão é o 24º estado em assassinatos de mulheres, tendo três municípios entre os 100 com maiores índices de mortes: Açailândia (22º), Balsas (35º) e Santa Luzia (95º). São Luís é a 12ª no levantamento sobre óbitos femininos por causas violentas.

programa inédito no Brasil com o qual será possível construir a Casa da Mulher Brasileira, que concentrará todos os serviços previstos em lei, além de atendimento psicossocial, assistência jurídica, orientação profissional e um espaço voltado para as crianças filhas destas mulheres, entre outros serviços", explicou.

Eixos estratégicos - Com orçamento nacional de R\$ 305 milhões, a iniciativa, em conjunto com o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, o programa fortalece a rede de serviços públicos em estados, capitais, municípios-polo, fronteiras secas, campo e floresta. O Mulher, viver sem violência, tem seis eixos estratégicos. O primeiro deles é a construção, reforma predial, equipagem e manutenção da Casa da Mulher Brasileira - uma por capital.

Também fazem parte do pro-



A ministra Eleonora Menicucci oficializará a adesão do Maranhão

grama a transformação da Central de Atendimento à Mulher-Ligue 180 em disque-denúncia; a humanização dos serviços de saúde e coleta de vestígios de crimes sexuais, em parceria com os ministérios da Saúde e da Justiça; a criação de seis centros de atendimento em fronteiras secas para enfrentar o tráfico de mulheres para exploração sexual; campanhas continuadas de comunicação para prevenção da violência; e unidades

móveis para o acolhimento de mulheres rurais. "Temos R\$ 100 milhões que serão investidos apenas em campanhas educativas para sensibilizar a população sobre o respeito às mulheres", informou a ministra.

Com a adesão ao programa, o Governo Federal passa a ser o responsável pela doação do terreno, construção da casa, manutenção da casa e por despesas como água, luz, mobiliário, transporte e informática.

- **O desembargador** aposentado Milson Coutinho embarcou ontem com destino a São Paulo para se submeter a uma cirurgia para a retirada de um aneurisma na aorta.

TJ vai escolher hoje listas de juristas do TRE

Política 2

TJ escolhe hoje lista de advogados para o TRE

Doze representantes da OAB concorrem às vagas que serão abertas pelos juristas José Carlos Sousa Silva e Sérgio Muniz, já há dois períodos na Corte Eleitoral

Tribunal de Justiça

Carla Lima
Da editoria de Política

Os desembargadores do Tribunal de Justiça (TJ) escolherão hoje seis nomes de advogados que concorrerão a duas vagas de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil no Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Doze especialistas estão concorrendo às vagas de José Carlos Sousa Silva e Sérgio Muniz, que completam em dezembro o segundo biênio como membros do tribunal. Após a composição das listas, estas serão enviadas à presidente da República, Dilma Rousseff, para homologação dos novos membros da Corte Eleitoral do Maranhão.

Inscreveram-se para concorrer os advogados Daniel Blume, Daniel Leite, Riod Ayoub, Rehelson Athayde Rocha, Abdon Marinho, Cristiano Alves Fernandes Ribeiro, Carlos Roberto Feitosa Costa, Adroaldo Silva, Dimas Salustiano, Daniel Guerreiro Bonfim, Gutemberg Braga e Eduardo José Leal Moreira.

Daniel Blume é procurador do Estado e já concorreu à presidência da seccional da OAB. Ele compõe a lista de juristas substitutos do TRE, que ainda não foi definida pela presidente Dilma Rousseff.

Daniel Leite entrou na última disputa pela vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional e ficou entre os três escolhidos na lista tríplice. Leite também compõe a lista de juiz substituto.

Riod Ayoub também disputou a vaga de desembargador e compôs a lista tríplice como o terceiro mais votado. Rehelson Athayde Rocha e Abdon Marinho são dois dos

Mais

Pelas regras do Tribunal de Justiça do Maranhão, os desembargadores analisarão os currículos de cada candidato e escolherão três em cada composição da lista. As duas relações com os três mais votados serão encaminhadas para análise e impugnação de candidatura se houver necessidade e, posteriormente, enviado ao Ministério da Justiça. Após esse trâmite, as duas listas triplices são enviadas para a Casa Civil, que prepara o ato de homologação para a escolha da presidente Dilma Rousseff dos dois novos membros da Corte Eleitoral do Maranhão. Cada um dos escolhidos ficará no posto por dois anos e podem ser reconduzidos por igual período, quando atuarão como juizes eleitorais.

mais cogitados advogados para a área do direito eleitoral no Maranhão.

Carlos Roberto Feitosa já disputou por duas vezes a presidência da OAB perdendo ambas para Mário Macieira. Ele faz parte da lista de juiz substituto do TRE assim como Eduardo Moreira, que, apesar de não atuar na área eleitoral, quer disputar a vaga.

Adroaldo Silva e Dimas Salustiano participaram da disputa pela composição da lista sextupla da OAB. Cristiano Fernandes Ribeiro atua como advogado na área eleitoral.

Daniel Guerreiro advoga na área empresarial e, mesmo assim, decidiu concorrer à vaga no eleitoral. Também sempre atuou na área empresarial o advogado Gutemberg Braga, um dos nomes na disputa.



Caberá aos desembargadores a escolha das listas triplices do TRE

Cinco nomes aparecem como mais cotados no TJ

Cinco dos 12 advogados que compõem as listas de candidatos às duas vagas de jurista da Corte Eleitoral do Maranhão são citados pela maioria dos observadores e analistas dos bastidores do Tribunal de Justiça. Estes nomes, na opinião dos observadores, podem compor as duas listas triplices.

As chances de cada advogado na disputa aumenta por que cada desembargador pode votar em até três nomes, o que particamente garante a formação de uma lista própria.

Numa das listas aparecem os advogados Adroaldo Silva, Daniel

Blume e Eduardo Moreira. Os três são cogitados como certos na composição da lista. A terceira vaga na primeira relação deve ser disputada por Daniel Leite e Daniel Guerreiro. Os mais experientes apontam que, nesta disputa, Leite leva vantagem por já ter experiência na Justiça Eleitoral.

Daniel Guerreiro deverá compor a segunda lista juntamente com o Riod Ayoub Filho. O terceiro nome que aparece com menos força que os demais e poderá fechar a segunda lista é o de Dimas Salustiano.

Reforma política

Discutir o atual cenário político brasileiro à luz da Constituição Federal de 1988 e das manifestações sociais ocorridas no país foi a proposta do Seminário de Direito Constitucional - "O clamor das ruas e a reforma política", organizado pelo Centro de Estudos Constitucionais e de Gestão Pública (CECGP) do Maranhão. O evento reuniu advogados, defensores públicos, juízes, magistrados e estudantes de Direito.

MP e TJ farão ação conjunta contra violência em presídios

Comitiva do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça, Antonio Guerreiro Junior, para traçar linha de atuação visando solucionar problemas no sistema prisional do Maranhão

Mario Carvalho

Da equipe de **O Estado**

Uma comitiva do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) esteve ontem à tarde reunida no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Junior, para traçar linhas de atuação conjuntas na resolução dos problemas envolvendo o sistema prisional no estado. A visita foi coordenada pelo presidente do CNMP, conselheiro Mario Bonsaglia, que esteve acompanhado dos membros auxiliares Ivana Farias Navanette Pena e Paulo Faubemblatt.

O grupo visitará hoje, às 8h30, o Complexo Penitenciário de Pedrinhas e a Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) do Anil. O levantamento feito nesses locais fará parte de um amplo relatório. Amanhã, a comitiva se reunirá no Palácio dos Leões com a governadora Roseana Sarney.

As visitas da comissão às unidades prisionais vêm ocorrendo em todo país, em especial nos estados onde têm sido registrado um aumento na violência interna dos presídios. Segundo o conselheiro Mario Bonsaglia, o Maranhão entrou na rota do CNMP devido aos últimos levantes evidenciados no início deste mês, quando a penitenciária de Pedrinhas foi alvo de motins desencadeados por facções criminosas que acabaram com nove mortes e dezenas de feridos.

"A nossa vinda ao Maranhão

se deve à questão do presídio de Pedrinhas, aos recentes acontecimentos e aos outros fatos trágicos não recentes no estado. Estamos aqui para conhecer *in loco* a realidade carcerária da região, conversar com as autoridades locais e ajudar a encaminhar soluções por conta desse quadro sistemático de desrespeito aos direitos humanos, que deixa a própria sociedade fragilizada", assinalou Mario Bonsaglia.

Solução - Ele declarou que o quadro vigente deve ser superado pelas autoridades do Maranhão. "Nós acreditamos que a solução dos problemas existe, basta que todos os envolvidos nesse processo se convençam da necessidade de cada um fazer a sua parte para superar essa crise", frisou o representante do CNMP.

Para o desembargador Guerreiro Junior, a vinda da comitiva em São Luís mostra a preocupação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, com os últimos registros no sistema prisional no Maranhão. "No momento em que nosso estado passa a ser o espelho de forma negativa para o Brasil, mediante os últimos acontecimentos e o temor causado à população, é evidente que o presidente do STF decidiu tomar medidas enérgicas para resolver o problema carcerário. Acho que isso se resolverá gradativamente. Ainda mais agora com a conversa que deve ser mantida entre os membros do CNMP e a governadora Roseana Sarney", avaliou.



Mario Bonsaglia, Guerreiro Junior e outras autoridades, reunidos no TJ

Ele disse ainda que essa situação não é um problema localizado, mas sim de estado brasileiro. "É preciso discutir a política prisional em todo país. Não só focar a questão local, mas abranger todos os parâmetros possíveis até encontrar uma solução compartilhada", afirmou o presidente do TJ.

O juiz Roberto de Oliveira Paula, titular da 1ª Vara de Execuções Penais, disse que é preciso fazer uma reviravolta no sistema prisional do Maranhão. "Não dá mais para aceitar que o preso passe o dia todo em uma cela, ou seja, 365 dias do ano sem direito ao trabalho, sem que seja cumprido o que a Lei de Execuções Penais [LEP] determina, que é a ressocialização.

Um dos pilares com relação à segurança pública não é só a prevenção, mas também a ressocialização do detento, para evitar que ele volte a cometer crimes", frisou.

De acordo com o juiz Douglas de Melo Martins, coordenador do Departamento de Monitoramento Carcerário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os casos mais graves de mortes no Complexo Penitenciário de Pedrinhas ainda não sofreram punições. "É preciso haver punição para quem cometeu esses crimes. Isso é motivo de preocupação para o CNJ e é por essa razão que estamos apresentando propostas concretas para que esses problemas sejam solucionados", concluiu.

Explicação

O desembargador-presidente Guerreiro Junior explica a vinda da missão do Conselho Nacional do Ministério Público ao Maranhão.

Para ele, a missão mostra a real preocupação do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, com os acontecimentos no Complexo de Pedrinhas.

- O presidente do STF, que é autoridade suprema da nação no âmbito do Judiciário, decidiu tomar uma posição a esse problema - disse.

“Importa consignar que a 1ª Vara da Infância e da Juventude da capital continuará fiscalizando o terminal do Porto do Itaqui, mas apenas de forma diferenciada, para fim de otimização dos serviços prestados à população”

José Américo Abreu Costa, juiz da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís



Juizado

Em ofício encaminhado ao corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, o titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, juiz José Américo Abreu Costa, comunicou a desativação do posto de comissários do Terminal Ponta da Espera (Ponta da Madeira, no Porto do Itaqui). Segundo o documento, o posto será desativado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do ofício, 15 deste mês.

"MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA"

A Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, participa do ato de assinatura conjunta do Termo de Adesão entre o Governo Estadual, Municipal, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e demais parceiros do Programa Mulher: Viver sem Violência, do Governo Federal. Durante o evento, que será realizado nesta quarta-feira (23), às 9h, no Palácio dos Leões (Praça Pedro II - Centro) serão entregues ao Governo do Estado dois ônibus adaptados para circular em áreas rurais e levar serviços de segurança e justiça às mulheres camponesas. Uma demanda das Marchas das Margaridas.

SISTEMA CARCERÁRIO

Transparência nas ações

Comissão Mista formada por várias entidades vai acompanhar as atividades durante o período de situação de emergência nos presídios do estado

ISMAEL ARAÚJO

Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) criou, por meio da portaria de número 137, uma "Comissão Mista" composta por representantes de vários poderes públicos para acompanhar as ações que serão realizadas durante a "Situação de Emergência" no sistema penitenciário do Maranhão. Inclusive, para acompanhar a solução das irregularidades, como superlotação, presídios insalubres, centralização de custódia de presos na capital e elevado número de óbitos nas prisões que foram identificadas em relatório feito pelo Conselho Estadual de Direitos Humanos, Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil da Seccional do Maranhão (OAB-MA), Pastoral Carcerária e demais entidades da Sociedade Civil, entregue ao governo do estado.

O objetivo principal dessa comissão é justamente proporcionar a transparência à gestão das atividades que irão ser realizadas durante o período de 180 dias. Será presidida pelo secretário da Sejap, Sebastião Uchoa, e composta por 18 membros, sendo 14 representantes do poder público e quatro da sociedade civil organizada. Do poder público foram convidados representantes das Secretarias Estaduais da Justiça e Administração Penitenciária, Segurança Públi-



Sebastião Uchoa acompanhará os trabalhos que vão durar 180 dias

ca e Direitos Humanos; Tribunal de Justiça do Estado; Procuradoria de Justiça e Procuradoria Geral do Estado; Controladoria Geral do Estado; Defensoria Pública; Grupo de Monitoramento do Sistema Penitenciário do Maranhão/Tribunal de Justiça; juízes e promotores de Justiça com exercício nas Varas de Execuções Penais. Da sociedade civil foram convidados membros da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos; Pastoral Carcerária; entidades Evangélicas; Ordem dos Advogados do Brasil – seccção Maranhão e Associação Comercial do Maranhão.

Segundo Sebastião Uchoa, a comissão terá vigência de 180 dias, a partir do início dos trabalhos. As reuniões para avaliação das atividades serão realizadas quinzenalmente, no auditório da Escola de Gestão Penitenciária, no Outeiro da Cruz, às 15 horas, sendo todas registradas em Ata própria. Todos os membros da Comissão terão acesso à documentação processual e poderão fazer vistorias nos ambientes que



Essa unidade vai passar por uma reforma geral, pois a proposta é que passe a ter celas ainda mais arejadas e amplas; bem como toda a estrutura física daquele local

Sebastião Uchoa, secretário da Sejap

»» Unidade

serão alvos de reformas, ampliações, adequações e melhorias, conforme a execução dos mesmos.

Ainda afirmou que a conclusão das obras da Cadet está prevista para a primeira quinzena do mês novembro. "Essa unidade vai passar por uma reforma geral, pois a proposta é que passe a ter celas ainda mais arejadas e amplas; bem como toda a estrutura física daquele local", comentou.

Uchoa não deixou de frisar que até dezembro de 2014 sejam abertas 2.099 vagas. Para isso, além da construção de um presídio de Segurança Máxima em São Luís, vão ser reformados e ampliados cinco Unidades de Ressocialização Regional em Balsas, Açailândia, Pedreiras e Coroatá.

O Raio X do sistema prisional foi elaborado Conselho Estadual de Direitos Humanos, Remae – Rede Maranhense de Apoio à Pessoa Encarcerada, Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, Rede Nacional de Advogados Populares, Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, Pastoral Carcerária, Associação de Proteção aos Condenados de São Luís – APAC, Comitê Maranhense da Marcha Mundial de Mulheres, Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Negro Cosme – Najup e Grupo de Solidariedade aos Presos e seus Familiares, após reunião no auditório da Defensoria Pública Estadual, no último dia 14.

>> Raios X do Sistema Prisional

Assassinato de presos: o Maranhão apresenta o mais alto índice de assassinatos de presos. Com apenas 1% da população carcerária do país, responde por aproximadamente 30% de mortes no sistema prisional do país.

Superlotação: de acordo com o Ministério da Justiça, há no Maranhão 5.417 presos em unidades projetadas para suportar 2.219 indivíduos. Portanto, existem mais de 3.000 seres humanos presos além da capacidade das unidades prisionais. A superlotação impede um controle necessário ao ambiente prisional, favorece a ocorrência de rebeliões e estimulou a formação de grupos rivais problema que, aliado à falta ou insuficiência de assistência jurídica e à demora no andamento dos processos, gerou a situação atual em que muitos dos indivíduos que já deveriam estar em liberdade permanecem presos potencializando ainda mais a tensão no ambiente carcerário.

Unidades prisionais insalubres: nenhuma das unidades prisionais no Maranhão dispõe de condições de habitabilidade humana, sendo unidades insalubres, com ocorrência de ratos, baratas, ausência de dormitórios, banheiros, acúmulo de lixo, restos de alimentos, esgoto a céu aberto, celas sem ventilação, entre outros.

Centralização da custódia de presos na capital: a centralização das unidades prisionais na capital está entre as origens da atual hostilidade entre grupos, que se dividem basicamente entre capital e interior (Baixada), dificultando a ressocialização do preso que fica longe da sua comunidade e de sua família. Nesse ponto, cabe referir que a custódia remota de presos implica em pena de banimento, favelização do entorno do complexo penitenciário de Pedrinhas pelo êxodo das famílias para acompanhar seus familiares na capital.

Terceirização da atividade penitenciária: aproximadamente 70 % do pessoal que trabalha diretamente com os presos corresponde a pessoal contratado por empresas de prestação de serviços, em total desrespeito à exigência constitucional do concurso público, mantendo uma política de clientelismo e precarização das relações de trabalho nas unidades prisionais.

Instauração do "Estado de emergência" dos órgãos do sistema de justiça do Maranhão: a situação atual é grave e, portanto, requer medidas fortes e articuladas de todos os órgãos públicos. Assim, Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, devem unir-se numa

força tarefa para atender todos os presos e revisar todos os processos do Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

Apuração dos crimes cometidos nas unidades: é indispensável que haja investigação isenta da autoria e motivação dos homicídios cometidos no interior das unidades prisionais, acompanhada pelo Ministério Público, não só para punir os responsáveis, mas para que o sistema de segurança tenha um diagnóstico da situação potencializando uma política de prevenção de novos sinistros.

Fim da revista íntima vexatória: constantemente familiares de presos, sobretudo mulheres, denunciam os constrangimentos sofridos por ocasião das visitas nas unidades prisionais, onde são obrigadas a ficar nuas, fazer agachamentos, pular, entre outros constrangimentos, sob o pretexto de evitar a entrada de armas e drogas nas unidades.

Transparência em todas as ações do "Estado de Emergência" pelo governo do estado: as ações decorrentes do decreto de estado de emergência nº 29.443 de 10 de outubro de 2013 do governo do estado devem ser transparentes, a fim de que a sociedade acompanhe e fiscalize todas as ações a serem implementadas durante o período, de forma que, desde já, é necessário que se apresente o plano de emergência e as obras a serem realizadas.

Fonte: Pastoral Carcerária do Maranhão



Até dezembro de 2014 serão abertas 2.099 vagas nos presídios do estado

SEGURANÇA PÚBLICA

Presídios passarão por inspeções

Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, no Controle Externo da Atividade Policial, fará visitas no Complexo de Pedrinhas e CCPJ do Anil

SANDRA VIANA

O Complexo Penitenciário de Pedrinhas e a Central de Custódia de Presos da Justiça (CCPJ) do bairro Anil passarão por inspeção, na manhã de hoje. Representantes do Conselho Nacional do Ministério Público Estadual, MP Federal e Ordem dos Advogados (OAB-MA) irão ao local para avaliar a situação das detenções.

A Comissão de Aperfeiçoamento da Atuação do Ministério Público no Sistema Prisional, no Controle Externo da Atividade Policial e na Segurança Pública do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), irão verificar as condições dos locais. A Penitenciária de Pedrinhas foi palco de massacre no dia 9 de outubro, com nove detentos mortos e mais de 20 feridos.

A visita será coordenada pelo conselheiro Mario Bonsaglia, presidente da Comissão, e terá a participação de membros auxiliares do CNMP, de integrantes do CNJ, de membros dos MPs Estadual e Federal no Maranhão, de representantes do Judiciário, da OAB e da Defensoria Pública.

A agenda dos trabalhos inclui reunião na sede da Procuradoria Geral de Justiça do Maranhão, com a presença da procuradora-geral de Justiça, Regina Lúcia de Almeida Rocha, de representantes da Corregedoria Geral do Ministério Público, de membros das Promotorias de Execução Penal e do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas (Gaeco), de representantes do Ministério Pú-



Ana Karzía e os procuradores federais Alexandre Soares e Thayná Freire fizeram o pedido de intervenção

blico Federal, do Juiz da Vara de Execução Penal e de representantes da Defensoria Pública e da OAB, para discussão do atual contexto prisional e articulação de medidas a serem propostas às autoridades do estado. Também está agendado encontro com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antônio Pacheco Guerreiro Júnior.

Amanhã, os membros do grupo participam de reunião com a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, com o secretário estadual da Justiça e de Administração Penitenciária, Sebastião Uchôa, com o secretário estadual Chefe da Casa Civil, João Guilherme de Abreu, e com o secretário estadual de Segurança Pública, Aluísio Mendes.

As visitas a estabelecimentos prisionais nos estados fazem par-



de presos no estado neste ano, segundo MPF

te do trabalho da Comissão de Sistema Carcerário. Neste ano, os representantes já estiveram em presídios nos estados do Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Paraíba, além do Distrito Federal.

»» Intervenção

O pedido de intervenção partiu dos procuradores federais Alexandre Soares, Ana Karzía e Thayná Freire e está em avaliação da Procuradoria Geral. Se aceito, o pedido ainda passará por análise no Supremo Tribunal Federal (STF). Na avaliação do MPF, o sistema penitenciário vive "verdadeiro colapso em razão da inércia da administração pública estadual". E enumera as fugas e uma tentativa de fuga, apenas uma semana após a rebelião, além das condições precárias de estrutura, efetivo e administrativas que vive o sistema.

OPORTUNIDADE

Judiciário oferece vagas de estágio

O novo seletivo para estágio remunerado, cujo edital já foi publicado no Diário de Justiça Estadual, disponibiliza 99 vagas para experiência profissional no Tribunal de Justiça do Maranhão aos estudantes de Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Direito, distribuindo os aprovados em unidades do Judiciário na capital e interior do Estado. A Escola Superior da Magistratura do

Maranhão (Esmam) organiza o concurso.

As inscrições são gratuitas e serão realizadas no período de 29 de outubro a 14 de novembro. Os estudantes deverão estar atentos aos prazos, locais e documentos necessários para se inscreverem no seletivo. Para os estudantes do curso de Direito é necessário estar matriculado no sétimo período em diante. Nas

áreas de Ciências Contábeis e Biblioteconomia, quinto período.

Nas comarcas de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar as inscrições ocorrerão na sede da Esmam - na Rua das Sucupiras, nº 27, quadra 49, Renascença. Para concorrer às vagas em Imperatriz, Caxias ou Timon, o candidato deverá realizar a inscrição nos fóruns das comarcas respectivas.

O edital completo e as informações sobre o concurso estão disponíveis no endereço www.tjma.jus.br, na página da Escola da Magistratura, na seção "processos seletivos".

O estagiário remunerado receberá, por mês, uma bolsa-auxílio de valor equivalente a 80% do salário mínimo nacional, sendo-lhe assegurado recesso remunerado de 30 (trinta) dias.

Programa

Ministra Eleonora Menicucci participa da solenidade em SL

Solenidade de Adesão do Maranhão ao Programa: Mulher, Viver sem Violência, com a presença da Ministra Eleonora Menicucci, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

Assinatura conjunta do Termo de Adesão entre o Governo Estadual, Municipal, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e demais parceiros do Programa

Mulher: Viver sem Violência, do Governo Federal.

Durante o evento, que será realizado nesta quarta-feira (23), às 9h, no Palácio dos Leões (Praça Pedro II - Centro) serão entregues ao Governo do Estado dois ônibus adaptados para circular em áreas rurais e levar serviços de segurança e justiça às mulheres camponesas. Uma demanda das Marchas das Margaridas.

Instalado o primeiro Juizado Especial da Fazenda Pública do MA

Causas cíveis de interesse do Estado e do Município, até o valor de 60 salários mínimos (R\$ 40.680,00), passam a ser processadas, conciliadas e julgadas pelo Juizado Especial da Fazenda Pública, instalado pelo Poder Judiciário no 5º andar do fórum da comarca de São Luís, ontem (22). A implantação cumpre meta da gestão do presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antonio Guerreiro Júnior.

O novo juizado – criado pela Lei Complementar nº 131, de 18/06/2010 – receberá apenas processos novos, e que vão tramitar, exclusivamente, em ambiente digital, por meio do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe), cujo projeto-piloto foi implantado durante a solenidade de instalação.

Ações dessa natureza que já estavam em tramitação nas oito varas da Fazenda Pública da capital deverão permanecer vinculadas a essas unidades, uma vez que a lei proíbe a remessa de processos ao juizado instalado.

O corregedor-geral da Justiça, Cleones Cunha, representando o presidente do TJ-MA, presidiu o ato de instalação e de-

signou o juiz Roberto Abreu Soares, para responder pela nova unidade. Após a instalação, foi feita a demonstração do PJe para as autoridades presentes.

Segundo o desembargador, o atendimento à demanda no Juizado da Fazenda Pública terá mais agilidade processual, por dois motivos: pelo fato de o processo tramitar seguindo o rito da lei dos juizados especiais (Lei nº 9.099/2005), e por se tratar de processo eletrônico. “O jurisdicionado terá atendimento mais rápido, tanto comparado à vara de fazenda pública, quanto ao juizado comum”, resume.

Podem ser partes no Juizado da Fazenda Pública, como autores da ação, pessoas físicas e empresas de pequeno porte. E como réus, o Estado e o Município, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas. Dentre as ações cabíveis, o juizado irá julgar conflitos gerados por impugnações de lançamentos fiscais, a exemplo de IPTU; cassação ou anulação de multas de trânsito, questões de interesse de servidores públicos, fornecimento de medicamentos para tratamento de saúde e outras.

Não se incluem na competência do Juizado da Fazenda Pública as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos, causas sobre bens imóveis do Estado e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.

Virtualização – Na opinião das autoridades presentes à instalação, a mudança vai apressar o processamento em julgamento das causas cíveis de pequeno valor contra estado e município, com vantagem para o cidadão e a magistratura e representa um grande passo do Judiciário na virtualização dos processos.

“Esse juizado vai trazer para a Justiça aquelas causas excluídas pelo custo-benefício, como casos em que o condutor teve um dano com o seu veículo na via pública e não ajuizou a ação por achar que não compensava entrar na Justiça”, destacou o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

Segundo a coordenadora dos

juizados especiais do Maranhão, a instalação desse juizado vai atender a uma grande demanda reprimida. “Em muitas questões pequenas, contra estado e o município, as pessoas não buscavam seus direitos porque, na vara comum, o processo demora mais. O juizado vai receber essa demanda diferenciada, satisfazendo a necessidade do jurisdicionado”.

Em ações até 20 salários mínimos é dispensada a presença de advogados ou defensor. Para o defensor público Dario Cutrim, vice-presidente da Associação dos Defensores Públicos do Maranhão, este juizado ampliará, consideravelmente a demanda na área de fazenda pública, porque chamará ao Judiciário uma grande parcela da população que não tinha acesso à Justiça.

O juizado da Fazenda Pública terá estrutura semelhante às varas comuns, com uma equipe de 15 funcionários, 12 computadores e 8 scanners, e espaço físico para gabinete de juiz, secretaria judicial, sala de audiência e salas para secretário judicial e assessores jurídicos, além da re-

cepção para atendimento ao público. Segundo o diretor do fórum de São Luís, juiz Sebastião Bonfim, este será "um dos melhores e mais bem estruturados do Maranhão".

Lei – As atribuições do Juizado da Fazenda Pública foram definidas pela Lei nº 12.153, de 22/12/2009. Nas comarcas onde não existem esses órgãos, as ações abrangidas pela lei dos juizados especiais (Nº 9.099/1995), serão exercidas pelo juiz da vara da Fazenda Pública. Não havendo vara específica, por outra diversa.



O CORREGEDOR-GERAL da Justiça, Cleones Cunha, presidiu o ato de instalação

Corregedor inspeciona mais cinco comarcas do interior do Maranhão

Na última semana, o corregedor-geral da Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Carvalho Cunha, após participar da inauguração do fórum de Santa Luzia do Paruá, na quinta-feira (17), continuou o trabalho no interior do Estado, visitando as comarcas de Cândido Mendes, Carutapera, Guimarães, Santa Helena e Cururupu.

Em todas as comarcas de entrada inicial, que ficam no Litoral Ocidental Maranhense – Cururupu e Guimarães –, Baixada Maranhense – Santa Helena – e no Gurupi – Cândido Mendes e Carutapera, o corregedor-geral foi recebido pelos juízes titulares e pela equipe de servidores da Justiça. Nelas, encontrou uma Justiça

bem instalada, fóruns bem cuidados e uma prestação jurisdicional satisfatória.

“A única comarca que observamos o fórum com uma estrutura que precisa realmente ser melhorada é Santa Helena. Lá o fórum funciona em imóvel alugado, mas já há terreno próprio para a construção de um novo fórum, de propriedade da Justiça maranhense”, comentou o corregedor-geral Cleones Cunha.

Além de verificar as condições físicas das comarcas, o desembargador corregedor conversou com cada um dos juízes sobre o trabalho nas unidades judiciais, entregando a cada um deles um relatório completo sobre o quantitativo e andamento processual de

cada comarca. “É um instrumento que nos possibilita analisar o verdadeiro panorama da unidade e identificar as falhas e os problemas”, completou.

Estiveram nas suas comarcas recebendo o corregedor a juíza Cinara Elysa Gama Freire, titular de Cândido Mendes, Alexandre Antonio José de Mesquita, titular de Carutapera, José Jorge Figueiredo dos Anjos Junior, titular de Guimarães, que está de férias, mas compareceu na visita do corregedor Cleones Cunha, Antonio Agenor Gomes, titular de Santa Helena, e Celso Serafim Junior, juiz titular de Cururupu.

DIVULGAÇÃO



DESEMBARGADOR CLEONES Cunha, em visita à comarca de Carutapera

DPE/MA e SPM definem estratégias de atendimento a mulheres violentadas

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) definiram uma agenda conjunta de atendimento a mulheres em situação de violência doméstica e familiar no Maranhão.

Em reunião com o defensor geral do Estado, Aldy Mello de Araújo Filho, as representantes da SPM, Susan Alves e Carla Ferraz, apresentaram detalhes do programa Mulher: Viver sem Violência, lançado pelo Governo Federal, com o objetivo de ampliar os serviços especializados no âmbito da saúde, justiça, socioassistencial, psicossocial e promoção da autonomia econômica.

“O programa prevê uma série de ações estratégicas e a integração de diversos órgãos públicos no atendimento dessas mulheres”, informou a assessora especial de Políticas Públicas da Mulher da Presidência da República, Susan Alves.

O defensor geral destacou a importância de uma atuação integrada e articulada entre os órgãos do Sistema de Justiça com as áreas de segurança pública, saúde, assistência social, trabalho e educação em todos os níveis federativos. “A violência contra as mulheres não é uma questão de segurança pública apenas, por isso, o seu enfrentamento requer uma conjunção de esforços em uma perspectiva interinstitucional e intersectorial”, ponderou.

Aldy Mello Filho destacou o trabalho da Defensoria no enfrentamento da violência. “Temos uma atuação especializada na capital, que, além do patrocínio jurisdicional, também desenvolve ações voltadas à qualificação profissional e à capacitação de policiais militares no atendimento a essas mulheres, por meio dos projetos Qualificar, desenvolvido com o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), e Patrulha Maria da Pe-

nha, em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SSP/MA) e Secretaria de Estado da Mulher (Semu).

Hoje (23), o Governo do Estado, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Tribunal de Justiça do Maranhão, o Ministério Público do Estado e a Defensoria Pública do Estado do Maranhão firmarão termo de adesão ao Programa Mulher: Viver Sem Violência, que contará com a presença da ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, Elinora Menicucci.

O programa comporta cinco estratégias de ação: Casa da Mulher Brasileira, ampliação da Central de Atendimento – Ligue 180, centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteiras secas, organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual e campanhas continuadas de conscientização.



ALDY MELLO Filho reunido com as representantes da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

Roberto Veloso

Juiz federal e professor doutor da UFMA e do UniCEUMA, escreve para o Jornal Pequeno às quartas-feiras. E-mail: velosorc@uol.com.br



Direito não é matemática, será?

Muitos fazem o curso de Direito imaginando nunca mais precisar da matemática. Ledo engano, os cálculos irão persegui-lo por toda a vida. A título de exemplo, vejamos os casos do advogado trabalhista e do criminalista.

O trabalhista tem de apresentar no seu pedido o valor a receber pelo trabalhador, não pago pelo patrão. Se ele for advogado do patrão, terá de analisar o pedido e verificar se está de acordo com o tempo trabalhado e o salário recebido. O advogado não pode andar com o contador debaixo do braço, acompanhando-o nas audiências, por isso é preciso algum conhecimento básico da matemática.

Se a questão for criminal, então é pior, porque o erro nos cálculos da aplicação da pena poderá propiciar mais tempo para o cliente na cadeia, um verdadeiro desastre. Mas o juiz também pode errar, por isso é bom saber calcular. Certa vez, presenciei, em um tribunal do júri, o magistrado aplicar a causa de diminuição da violenta emoção logo após a injusta pro-

vocação da vítima e, em vez de reduzir a pena em um terço, reduziu-a a um terço.

No julgamento acima, a pena base foi de 18 anos de prisão. O juiz, então, aplicou a causa de diminuição, e a pena caiu para seis anos, quando deveria ter sido fixada em 12. Essa é uma demonstração da necessidade de o profissional do Direito não descuidar das quatro operações básicas e da regra de três simples.

Isso expressa que Direito e matemática andam juntos. Há, contudo, uma discussão acadêmica a respeito do caráter científico do Direito, não ocorrendo o mesmo com a matemática, que é reconhecidamente uma ciência exata. Naquele, o debate gira em torno da impossibilidade de se provar empiricamente – por meio da repetição de experimentos – a constância da interpretação jurídica.

Tome-se como exemplo o julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da Ação Penal 470, conhecida como Mensalão. Quanta divergência, em todos os sentidos, desde a análise da prova até a aplicação da lei

no tempo, se a vigente à época do fato ou a atualmente em vigor.

Se formos fazer a prova da estabilidade da interpretação e aplicação do Direito em vários países, a impossibilidade é exponencialmente aumentada. Tomemos como exemplo a pena de morte. No Brasil, é oficialmente abolida, mas em alguns estados americanos e nos países do Oriente Médio e da Indonésia é praticada legalmente.

A matemática, ao contrário, é uma ciência provada. Uma equação de segundo grau, dadas as mesmas variáveis, traz resultado idêntico em qualquer lugar do mundo, sem divergência.

Se a matemática é baseada em fórmulas, o Direito não se resume à lei. Ele é mais amplo e nasce dos fenômenos sociais. Independe da vontade do legislador. No Brasil, temos exemplos de julgamentos ocorridos no âmbito do Supremo Tribunal Federal para os quais não havia lei anterior prevendo a situação.

Nesse contexto, podemos elencar a declaração de consti-

tucionalidade de resolução do CNJ que dispõe sobre a proibição de contratação de parentes até o terceiro grau, para cargos em comissão ou função gratificada; a declaração de constitucionalidade de resoluções do TSE que estabeleceram a perda do mandato parlamentar na hipótese de infidelidade partidária; e o reconhecimento da união homoafetiva.

Partindo de fatos concretos existentes no meio social, o julgador encontrou a solução dentre as possibilidades apresentadas. Assim, ao contrário da matemática, para a resolução dos problemas pelo Direito é necessário o revolvimento do fato social e não de uma fórmula pronta e acabada.

A maneira de pensar a matemática e o Direito, portanto, deve ser diferente. A primeira é resolvida a partir de uma fórmula, enquanto o Direito não pode ser determinado com base unicamente na lei. O ministro do STF, Marco Aurélio, certa vez disse que o magistrado primeiro decide para depois procurar a lei adequada. Acho que o ministro está com a razão.

**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA****AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 63/2013
Processo Administrativo nº 36247/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 9.579/12, dos Decretos Federais nº 5.450/05, nº 3.555/00, do Decreto Estadual nº 28.493/12, bem como da Portaria MPOG nº 04/05, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a **REABERTURA DE PRAZO DA LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição de bens permanentes (eletrônicos e eletrodomésticos)**, inicialmente marcado para o dia 04/09/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia **07/11/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br.

A pregoeira informa que o edital com as devidas alterações encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 22 de outubro de 2013.
Kátia Araujo Gonçalves
Pregoeira TJ/MA

**ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 74/2013
Processo n.º . 47.389/2013**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º.24.628/08, Resolução n.º. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, pelo Sistema de Registro de Preços (SRP)**, para **Contratação de empresa especializada em prestação de serviços Gráficos e de Comunicação Visual, com fornecimento de material, para atender o Tribunal de Justiça do Estado Maranhão e a Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão, no dia 06/11/2013, às 10:00 horas (horário de Brasília), através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidido por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. O pregoeiro informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.**

São Luís, 23 de outubro de 2013.
Allyson Frank Gouveia Costa
Pregoeiro TJ/MA

Judiciário oferece oportunidade de estágio em três áreas

O novo seletivo para estágio remunerado, cujo edital já foi publicado no Diário de Justiça Estadual, disponibiliza 99 vagas para experiência profissional no Tribunal de Justiça do Maranhão aos estudantes de Biblioteconomia, Ciências Contábeis e Direito, distribuindo os aprovados em unidades do Judiciário na capital e interior do Estado. A Escola Superior da Magistratura do Maranhão (Esmam) organiza o concurso.

As inscrições são gratuitas e serão realizadas no período de 29 de outubro a 14 de novembro. Os estudantes deverão estar atentos aos prazos, locais e documentos necessários para se inscreverem no seletivo. Para os estudantes do curso de Direito é necessário estar matriculado no sétimo período em diante. Nas áreas de Ciências Contábeis e Biblioteconomia, quinto período.

Nas comarcas de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar as inscrições ocorrerão na sede da Esmam – na Rua das Sucupiras, nº 27, quadra 49, Renascença. Para concorrer às vagas em Imperatriz, Caxias ou Timon, o candidato de-

verá realizar a inscrição nos fóruns das comarcas respectivas.

O edital completo e as informações sobre o concurso estão disponíveis no endereço www.tjma.jus.br, na página da Escola da Magistratura, na seção “processos seletivos”.

Benefícios – O estagiário remunerado receberá, por mês, uma bolsa-auxílio de valor equivalente a 80% do salário mínimo nacional, sendo-lhe assegurado recesso remunerado de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante as férias escolares.

Serão concedidos ao estagiário remunerado auxílio-alimentação, auxílio-transporte e cobertura de seguro de acidentes pessoais.

Locais de inscrições – São Luís: Esmam – na Rua das Sucupiras, nº 27, quadra 49, Renascença; Imperatriz: Fórum Ministro Henrique de La Rocque – Rua Rui Barbosa, s/n, Centro; Caxias: Fórum Desembargador Arthur Almada Lima – Praça Gonçalves Dias, 100; Timon: Fórum Desembargador Amarantino Ribeiro Gonçalves – Rua Dra. Elizete de Oliveira Farias, s/n, Parque Piauí.

"Pendenga inusitada"

O presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão, Anibal da Silva Lins, manifestou-se sobre a nota 'Pendenga inusitada', publicada na edição do último dia 17 de outubro.

Em nota encaminhada ao Jornal Pequeno, Lins esclarece que "a interpelação judicial contra o servidor Victor Diniz de Amorim, auxiliar judiciário do Tribunal de Justiça do Maranhão, lotado na comarca de Imperatriz, não foi ajuizada pelo Sindjus-MA, mas pelos dirigentes Anibal da Silva Lins, Francisco Fagner Damasceno, Marcio Luís Andrade Souza, Lívio Túlio Ricart, Rivelino Alves Pereira, Antônio Francisco Coutinho Pereira, Benilton Monteiro Brelaz, Danilo Carvalho e Arlinda Reis, que exerceram um legítimo direito de defesa contra declarações divulgadas na internet como de autoria do referido servidor, nas quais afirmava que os atuais dirigentes do Sindjus-MA praticavam 'atos criminosos', mas sem apresentar provas, ou sem indicar quais eram os atos, com intenção difamatória, caluniosa, injuriosa".

Segundo o presidente do sindicato, a interpelação objetivou a confirmação da autoria no que concerne a matéria divulgada, que acusava da prática de crime, além de possibilitar uma retratação, podendo ser agora objeto do devido processo legal.

"O debate de ideias é saudável, bem-vindo e prática política historicamente consagrada na história do Sindjus-MA, que sem-

pre se pautou por definir seus planos e metas consultando as bases, por meio das suas assembleias gerais, onde todos os servidores sindicalizados têm igual peso decisório, igual direito à voz e ao voto, de forma democrática, pública e livre, onde a vontade da maioria prevalece, respeitando-se a lei e os direitos das minorias", diz a nota do Sindjus.

"Com essa marca, o Sindjus-MA firmou-se no cenário local e nacional como uma entidade respeitada, seja pelos aumentos reais dos salários dos seus representados conquistados em níveis acima da inflação, seja por outras conquistas sociais que servem de referência para trabalhadores de todo país".

"Mas uma campanha difamatória contra pessoas ou contra a direção do Sindjus-MA, que se vale de redes sociais na internet, da imprensa e de e-mails corporativos do Tribunal de Justiça do Maranhão – uma instituição pública – para divulgar injúrias, calúnias e difamações, não poderia ficar sem resposta pelos atingidos".

"Estranhamente, a campanha difamatória contra a diretoria do Sindjus-MA feita pelo supramencionado servidor é divulgada pela assessoria de comunicação do Tribunal de Justiça do Maranhão, através da rede de e-mails corporativos desse tribunal, demonstrando de forma clara e inequívoca a quais interesses subalternos esta campanha serve, os quais os atuais dirigentes do sindicato, de forma altaneira, independente e idônea combateram ao longo dos últimos anos. Porém não foi a entidade usada e não será usada jamais em lutas estranhas aos seus objetivos legais e estatutários", finaliza Anibal Lins.

PONTA DA ESPERA

Juiz comunica desativação do posto de comissários de Justiça do terminal

Em ofício encaminhado ao corregedor geral da Justiça, desembargador Cleones Cunha, o titular da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, juiz José Américo Abreu Costa, comunica a desativação do posto de comissários do Terminal Ponta da Espera (Ponta da Madeira, no Porto do Itaqui). Segundo o documento, o posto será desativado no prazo máximo de 30 dias, a contar da data do ofício, 15 de outubro.

Diz o magistrado: "A medida se deve ao fato da inexistência de ocorrências significativas no mencionado posto ao longo dos anos da sua instalação, restando sub aproveitados os comissários que ali exercem suas funções".

Nas palavras do juiz, os referidos "comissários podem exercer o comissariado em outros lugares de maior necessidade para

o serviço público".

José Américo ressalta que "blitzen esporádicas (mensais) podem ser efetivadas no Porto do Itaqui, com abordagem nos embarques via marítima, com um contingente maior de comissários para missões específicas, sem que haja necessidade de plantonistas na referida localidade".

Ainda de acordo com o magistrado, as blitzes "exercerão um efeito preventivo maior em junto à população adulta e infanto-juvenil".

"Importa consignar que a 1ª Vara da Infância e da Juventude da capital continuará fiscalizando o terminal do Porto do Itaqui, mas apenas de forma diferenciada, para fins de otimização dos serviços prestados à população", conclui Américo.

1ª Vara de Zé Doca realiza júri no dia 30

Está marcada para o próximo dia 30 uma sessão do Tribunal do Júri em Zé Doca. No banco dos réus, Marcelo Teixeira Coimbra, acusado de homicídio contra Raimundo Nonato Rodrigues dos Santos Júnior. A sessão será presidida pela juíza Denise Torres Pedrosa, titular da 1ª Vara da comarca.

De acordo com informações da denúncia, Marcelo Teixeira teria assassinado Raimundo Nonato em agosto de 2010, no Bar do Dinaldo, que fica localizado no terminal rodoviário de Zé Doca. O crime teria sido praticado com quatro disparos de revólver. Segundo relatos de testemunhas, não houve discussão entre acusado e vítima.

Segundo relatos constantes na denúncia, Raimundo estava bebendo no bar, quando Marcelo chegou e praticou o delito. Em depoimento, Marcelo alega que estava sendo ameaçado desde 2010 e que temia que a vítima pudesse matá-lo. Ele afirmou, ainda, que no dia do crime, a vítima teria colocado a mão na cintura e sacado uma faca.

Marcelo declarou também que a vítima já havia 'furado' outras duas pessoas na cidade. Raimundo Nonato já teria praticado crime de roubo tentado contra o pai do réu e, após essa tentativa, estaria ameaçando constantemente o acusado.

A sessão do Tribunal do Júri vai acontecer na Câmara Municipal de Zé Doca, às 8h. Deverá atuar na acusação a promotora de Justiça Isabelle Carvalho Fernandes Saraiva. Um defensor dativo será nomeado para defender o acusado.

Simplício defende urgência na votação da PEC 190

O deputado Simplício Araújo (SDD/MA) voltou a cobrar, ontem, a votação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 190/07). A proposta tem como objetivo criar um Estatuto dos Servidores do Judiciário de todo o Brasil. A ideia é definir um mesmo regime jurídico e um plano de carreira único para todos os servidores do Judiciário.

O Plenário da Câmara aprovou, em primeiro turno, a matéria de autoria da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) e do ex-deputado Flávio Dino que concede prazo de 360 dias para o Supremo Tribunal Federal (STF) apresentar ao Congresso um projeto de lei complementar estabelecendo esse estatuto. O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), agendou a votação da matéria para a próxima terça-feira (29).

“Espero que o presidente da Casa realmente coloque a matéria em votação dia 29, defendeu o parlamentar. A proposta ganhou um consenso favorável entre os líderes partidários, mas outras agendas legislativas têm obstruído a votação da PEC.

De acordo com Simplício, o estatuto não vai onerar a Justiça, e sim dar equidade nos cargos dos diversos segmentos de Justiça.

EDITORIAL

Intervenção federal

O Maranhão está sob ameaça de intervenção federal em seu sistema penitenciário, enquanto o governo brinca de ressuscitar políticos condenados e cassados pela Justiça. O Maranhão está sob ameaça de intervenção federal e o senador José Sarney, em vez de chamar a atenção de seus comandados, tenta costurar a imagem de seu principal opositor, Flávio Dino, à de um stalinista, quando, de fato, o stalinismo é coisa do tempo dele, Sarney, que aí mesmo pode ter aprendido tudo sobre expurgo de dissidentes e de oposições.

O Maranhão está sob ameaça de intervenção federal e sabemos nós que não há maior atestado de incompetência de um governo que ser obrigado a entregar a gestão da segurança, de parte dela ou de outro setor da administração pública, a forças federais porque o governo ultrapassou todos os limites da ingerência e da má gestão. O Maranhão está sob ameaça de intervenção federal e o governo prefere fazer política atacando Flávio Dino, atacando deputados, atacando prefeitos e ex-prefeitos que não se submetem à sua vontade.

O Ministério Público Federal e a Defensoria Pública da União estão pedindo intervenção federal no Maranhão em virtude do colapso no Sistema Penitenciário, do pavoroso índice de criminalidade sob domínio de facções criminosas que parecem emitir ordens de dentro da cadeia e o governo do Estado só pulsa nas páginas de seus jornais e seus canais de televisão para sujar imagens, promover cisões, atacar adversários, provocar dissidências, sedimentar fuxicos.

A cidade entregue ao crime, o estado sob ameaça de perder sua autonomia em área tão sensível como a segurança pública e o governo só se preocupa com seu próprio futuro eleitoral. O Maranhão está à beira de uma intervenção federal e o governo despense seu tempo, por meio da mídia, vigiando o horário de trabalho de Flávio Dino e inventando salários que ele não recebeu. E eis aí um disparate político-administrativo sem tamanho.

Uma intervenção é um ato de força contra os que descumprem a lei ou determinações da Justiça. É uma interferência no governo de quem não consegue governar.

E a placidez do governo do Estado diante de tão grave postulação do Ministério Público Federal e da Defensoria Pública da União à Procuradoria Geral da República, só completa essa sensação de abandono que recai sobre a população amesquinhada. Conferiram 38 cadáveres somente no interior do Sistema Penitenciário no ano de 2013. Conferiram centenas na grande São Luís. Há um pedido de intervenção federal contra esse estado e nem assim, pelo visto, Roseana Sarney se preocupa.

Talvez que esse pedido pudesse ser assentado em muitas outras razões. Mas o governo do Maranhão só se preocupa em readquirir o apoio do PT nacional, só quer saber de entupir órgãos de comunicação atrelados com informações falsas sobre oposicionistas.

A própria polícia vai às ruas nesta quinta-feira protestar contra a falta de segurança, o que pode jamais ter acontecido em lugar nenhum do mundo. E o governo... bom, se essa intervenção vier, estará confirmado o que todos já suspeitam há algum tempo: o Maranhão precisa ser governado.